

# TECENDO NARRATIVAS DE CAMPO: REFLEXÕES SOBRE ESCRITAS E ENTREVISTAS<sup>1</sup>

Franciele Alves da Silva (UFPR)

Palavras-chave: formação de antropólogas; campo de pesquisa; metodologia

## 1. Organizando os fios: notas iniciais

A formação em Ciências Sociais, em especial, no campo da antropologia tem como um de seus temas fundamentais o estudo das principais atividades do pesquisador ou melhor dizendo, do tornar-se um ou uma pesquisadora nesta área do conhecimento. Um dos textos clássicos abordados nesse processo de aprendizagem é do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (1988) “*O trabalho do antropólogo: Olhar, ouvir, escrever*”. Esses “atos cognitivos”, como denomina Cardoso o olhar, o ouvir e o escrever, são tidos como três formas de apreender os fenômenos sociais no processo de pesquisa e de produção do conhecimento e, como tal, devem ser problematizados.

As reflexões desenvolvidas pelo autor sobre o desnaturalizar o olhar e o ouvir, demonstram a importância do arcabouço conceitual e epistemológico para observar a realidade e apreender o “mundo do nativo”. Estas duas etapas consideradas como essenciais ao trabalho de campo se desenvolvem em um contexto problemático, uma vez que o encontro dos mundos do nativo com o do pesquisador se dá por meio de relações assimétricas. Ou seja, aqui podemos indagar sobre a posição do pesquisador em campo e as relações de poder que se imbricam nessa interação social. Haveria um caminho para construir processos mais dialógicos? Essa é uma questão que se impõe não apenas para cientistas sociais e antropólogas em formação, mas que se refaz continuamente no “ser” pesquisador e pesquisadora e fazer antropologia.

Finalmente, se juntarmos o terceiro ato cognitivo acionado por Roberto Cardoso de Oliveira, o escrever, como sendo o momento em que a experiência de campo é textualizada e o conhecimento sobre os fenômenos socioculturais é produzido, acrescentamos mais alguns fios nesse tear antropológico. Esses fios, misturam-se e por

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022

vezes parecem um emaranhado de uma coisa só – o campo, as interações entre pesquisador e interlocutores, a escrita como resultado do processo de produção de conhecimento. É possível desenrolar os fios? Podemos entrelaçá-los de diferentes formas? Essas proposições colocam em cena o pensar sobre a construção das narrativas etnográficas, assim o “estar lá” em campo e o “estar aqui” tecendo a escrita desse campo podem se combinar de forma mais dialógica, não como momentos cindidos, mas como fios que se complementam.

Partiremos das contribuições de Carlos Rodrigues Brandão em seu artigo *Reflexões sobre como fazer trabalho de campo* (2007) no qual ao antropólogo apresenta a ideia do trabalho de campo como vivência, no qual imbrica-se a dimensão subjetiva da produção do conhecimento. O texto apresenta algumas estratégias de pesquisa que ecoam das relações construídas da vivência de campo, tendo como pano de fundo a experiência com comunidades camponesas na década de 1980 no estado de Minas Gerais.

Em diálogo com a perspectiva de Brandão, a antropóloga Rosana Guber (2001) em seu texto *La entrevista etnográfica o el arte de la "no directividad"*, que compõe o livro *La etnografía, método, campo y reflexividad*, nos apresenta proposições para pensarmos sobre a entrevista enquanto parte da pesquisa participante, assim uma pesquisa pode ser etnográfica ou antropológica ao passo que é entendida como uma relação social. Guber nos convida a uma análise a partir da discussão sobre as diferenças contidas no emprego dessa ferramenta de obtenção de dados, observando que esta é utilizada como recurso em diversas áreas do conhecimento e diferentes setores, circunscrevendo as particularidades da entrevista no campo da antropologia.

Os argumentos de Brandão (2007) e Guber (2001) apontam para a discussão sobre a reflexividade nas pesquisas ao situar a posição que o pesquisador ocupa nos contextos empíricos que estuda. A forma como estes contextos são afetados pela presença do pesquisador e o afetam ao mesmo tempo, mostram a dimensão do envolvimento com o campo e que a produção do conhecimento se dá em um processo de mão dupla com os interlocutores.

Em outro paralelo, a discussão pode ser ampliada focalizando outros ambientes de pesquisa de campo como proposto pelas antropólogas Déborah Daich e Mariana Sirimarco (2009) ao refletirem sobre outro componente fundamental na construção de narrativas etnográficas: as anotações de campo. No artigo *Anita Anota. El antropólogo en al aldea (penal y burocrática)* o processo de construção das anotações de campo é problematizado a partir a trajetória de pesquisa das autoras traçadas nos âmbitos judiciário

e policial. Deslocar por diferentes campos abre a possibilidade para refletir sobre o tom que o ato de anotar adquire nesses domínios, assim como o ato de registrar em papel, que são atividades “naturalizadas” nesses ambientes burocráticos e institucionais. Adentrar em campo “discretamente” procurando estar em segundo plano não oculta ou dissipa a problemática envolvida na autoridade do pesquisador e sua posição em campo.

As autoras percorrem seus campos de pesquisa, a saber Deich com juizados penais que trabalham com conflitos familiares e Sirimarco com escolas de formação de policiais, mostrando como aquele que anota ou melhor, registra, acaba tendo seus atos imbuídos de um estatuto de ciência. Sendo científico seus registros, estes ficam em posição de contraste com outros saberes que são desqualificados nessa relação. Neste percurso, a presença em campo as coloca num lugar de suspeita e desconfiança por parte de seus interlocutores. Aqui pontuam o desafio não do tornar-se nativo, mas de deixarem de ocupar o lugar de estranhos. O “ser aceito” no ambiente em que a pesquisa é desenvolvida recoloca a questão de que o campo não é um lugar “dado”, mas construído coletivamente, inclusive o próprio papel das antropólogas é tecido na dinâmica das relações que estabelecem com os interlocutores.

Compreender as relações de campo implica, portanto, levar em conta assimetrias e posições de poder dos atores ali inscritos, inclusive o próprio pesquisador. Assim, na conjunção de entrevistas, anotações e presença em campo, é que a narrativa etnográfica vai se tecendo. Embora possa ser expressa individualmente, uma narrativa não é um ato individual. Narrar, pois, é uma forma de “tornar conhecido” hábitos, valores, costumes, conhecimentos, experiências, tradições, entre outras dimensões da vida humana.

Há, pois, diferentes modos de narrar. Nesse prisma, podemos refletir sobre os discursos de nossos interlocutores ou como pesquisadoras na perspectiva de trajetórias de vida, seja ela contada pelos agentes em formação nas escolas policiais estudadas por Mariana Sirimarco (2009) ou pela antropóloga Guarani Nhandewa, Sandra Benites (2018) que pesquisou o sistema de educação escolar nas aldeias, entendendo este como uma instituição externa. Aqui poderemos refletir sobre diferentes perspectivas de antropólogas na relação com seus interlocutores e a posição que ocupam em seus campos de pesquisa.

Os fios estão no tear, o convite é percorrermos seus movimentos, perceber os nós, desatar aqueles que são possíveis, misturar cores e texturas. Nesse movimento de criação a pretensão não é apresentar um tecido novo e inédito, mas fortalecer os fios que tecem as narrativas na e da antropologia.

## 2. Trabalho de campo: entre vivências e intercâmbios discursivos

Fazer pesquisa antropológica requer muito estudo. Parece uma afirmação banal ou corriqueira, mas a “verdade” e complexidade contida nessa frase inicial nos transporta a outras questões: como podemos empreender esse estudo? Como escolher entre tantas correntes ou escolas antropológicas aquela mais “adequada” à nossa pesquisa? Em certa aula do curso de especialização em Antropologia Cultural que eu cursava em 2017, a professora disse que para aprender como fazer etnografia o primeiro caminho é ler outras etnografias. Não se trata apenas de apreender pressupostos teóricos e metodológicos que possam sustentar nosso clássico *olhar, ouvir e escrever*. Mas de como se colocam em ação tais pressupostos. Acredito que a primeira lição que podemos tirar dessa jornada de formação como antropóloga é que a experiência partilhada é a chave para destrancar a primeira porta desse grande universo que é a Antropologia ou a pesquisa antropológica.

Por experiência partilhada, empresto aqui o conceito de experiência (*Erfahrung*) de Walter Benjamin (1994) relacionado ao cultivo do saber como uma tradição compartilhada por gerações e cuja transmissão oferece elementos de fortalecimento da individualidade/subjetividade e da coletividade enquanto exercício de reconhecimento do outro e de si como seres sociais. Uso como analogia, as etnografias como fonte dessa experiência partilhada à medida que mais do que entender seus arcações epistemológicos podemos “ler” esses e essas pesquisadoras em suas trajetórias de campo, nos aproximando e dialogando com o conhecimento construído nessa interação social.

Essa perspectiva pode ser encontrada em diálogo com Carlos Rodrigues Brandão em seu artigo *Reflexões sobre como fazer trabalho de campo*. O texto é resultado da transcrição de uma gravação feita em fita cassete por Brandão em 1983 para orientar professores e alunos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que participavam de um projeto da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais que pretendia fazer um diagnóstico sobre educação em municípios de pequeno e médio porte do estado para propor um modelo de educação no campo.

O autor não pretendia que este material se constituísse em um manual de pesquisa, mas em uma reflexão sobre uma experiência, a sua experiência com trabalho de campo. Brandão nos oferece uma partilha, sendo assim, um primeiro ponto é o entendimento do trabalho de campo como vivência:

O trabalho de campo, a pesquisa antropológica, para mim, é uma vivência, ou seja, é um estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento, que diferentes categorias de pessoas fazem, realizam, por exemplo, antropólogo, educador e pessoas moradoras de uma comunidade rural, lavradores, mulheres de lavradores, pequenos artesãos, professoras das escolas e assim por diante. (BRANDÃO, 2007, p.12)

Ao assinalar a dimensão da subjetividade como intrínseca ao encontro etnográfico é possível aludir a um questionamento sobre a objetividade científica e sobre a produção de conhecimento não ser exclusividade do trabalho antropológico ou científico. Esse movimento compreensivo desloca a autoridade do pesquisador e mostra um enquadramento do campo como espaço de relações múltiplas que produzem conhecimentos diversos.

Por outro lado, o entendimento do trabalho de campo como relação interpessoal não significa que a pesquisa seja espontaneísta ou sem rigor técnico ou metodológico. Significa que a subjetividade e as relações interpessoais estabelecidas em campo constituem-se como partes de um método de trabalho, a pesquisa participante (2001, p.12). A entrada em campo merece, portanto, preparação prévia, o que passa pelo levantamento de informações e estudos sobre o local e/ou comunidade para o delineamento do projeto inicial ou das hipóteses preliminares. Todavia, há que se alertar que a um preparo anterior e mesmo o delineamento da pesquisa não são modelos que vamos a campo buscar para encaixar a realidade. É na vivência do campo que os projetos, perguntas, hipóteses, abordagens metodológicas são redefinidas.

Brandão fala ainda da importância de se vivenciar o local antes de começar a indagar os interlocutores ou aplicar questionários. O contexto de pesquisa nesse caso é uma comunidade rural, por isso, perceber o ritmo local é fundamental, percorrer os lugares, observar o cotidiano, as relações sociais, familiares e de trabalho. O foco dessa pesquisa era o “estudo da reprodução do saber no contexto do trabalho”, assim, participar dessas atividades tanto quanto possível é parte da inserção no cotidiano, na vivência. O autor adiciona em suas reflexões a orientação de anotar descritivamente o que está acontecendo, ou seja, registrar o cotidiano.

Em paralelo a essa experiência em comunidade rural podemos pensar outro contexto em que o acionamento das estratégias de entrada em campo e registro apresenta outros desafios. É o caso da pesquisa das antropólogas Déborah Daich e Mariana Sirimarco (2008), partilhada no artigo *Anita Anota. El antropólogo en al aldea (penal y burocrática)* sobre a experiência de fazer pesquisa em ambientes institucionais e

altamente burocratizados. As autoras problematizam a questão da autoridade do pesquisador em campo, como aquele que anota ou melhor, registra, com estatuto de “verdade” científica. Sendo científico esses registros, Daich e Sirimarco refletem sobre essa condição de desigualdade no reconhecimento de saberes, o que redundava na desqualificação de outros saberes produzidos nessa relação de campo.

A forma como se é percebido em campo, advém do reconhecimento de uma relação de poder. As antropólogas relatam que apesar de tentarem uma entrada discreta em campo, a posição ocupada as coloca como observadoras e observadas. Da mesma forma que estar em campo requer um exercício de estranhamento, os interlocutores podem ter a percepção do pesquisador como um inquisidor, um suspeito ou com um estranho, pois a pesquisa em geral aparece como algo estranho às pessoas e seus cotidianos.

Por ello, lejos de considerar que tales actitudes de recelo y adjudicación de identidades obedecen, en mayor o en menor medida, a una actitud de franca paranoia o de extrema desconfianza, conviene no olvidar que todos los sujetos – “inocentes” antropólogos incluidos – estamos (o somos) políticamente situados. [...] Así, el papel del antropólogo en el campo resulta, como sugiere Owens, “una empresa en colaboración, no completamente bajo el control individual del etnógrafo” (2003, p. 124). Es decir, la "gura del antropólogo es también producto de las construcciones culturales, tanto propias como ajenas, que se producen en el campo. (DAICH & SIRIMARCO, 2008, p. 18)

Esse deslocamento sobre a autoridade de campo do pesquisador possibilita posicionar os interlocutores de forma ativa e como parte da construção do campo, pois não há uma passividade na relação. Tal perspectiva nos leva a considerar a própria construção da identidade do pesquisador em campo, uma vez que o reconhecimento do papel deste, do significado da presença e das atividades realizadas são posicionadas também pelos outros – os interlocutores.

Ao mesmo tempo que a antropóloga nesses campos tem autoridade como aquela que anota, seu caderno de campo se transforma em objeto de especulações e curiosidades. O ambiente da burocracia, tais como juizados e escolas de formação policial, tem regras, procedimentos e uma dinâmica própria que influenciam os atores que ali trabalham e seus comportamentos. A experiência de campo, relatam Daich e Sirimarco (p. 24) mostrou como desmistificar os domínios do judiciário e da segurança pública como espaços exotizados que emanam à primeira vista uma aura de segredo, de perigo e intransponível, fechado aos que os rodeiam.

O ato de anotar, rodeado de suspeita em suas atividades iniciais, mobilizou sua inserção em campo que passou a ser mais aceita. Aqui emerge uma questão final desse tópico, a importância de se refletir sobre as anotações de campo e reações que dela desencadeiam. Os registros de pesquisa devem ser revisitados tanto no tempo em que se “está lá”, quanto no tempo em “estar aqui”, que podem trazer novos nuances, revitalizar ou atualizar perguntas e perspectivas de análise. As anotações de campo não são, portanto, papéis mortos ou parados no tempo, elas podem ajudar a construir o quadro analítico a respeito dos sentidos e relações que emergem do encontro com o outro e deste outro conosco.

### **3. A entrevista como relação social: sentidos e perspectivas**

Ao abrir seu artigo *La entrevista etnográfica o el arte de la "no directividad"*, a antropóloga Rosana Guber (2001) nos fala como os discursos da vida diária sejam anedotas, comentários, debates, entre outras formas narrativas, expressam sentidos da vida social. Narrar carrega em si a reprodução de nossos valores sociais, crenças, saberes, vestígios de culturas passadas, memórias coletivas. Narrar faz parte da criação e reprodução do mundo humano e assim das interações sociais; narrativas promovem encontros tanto entre pares, como entre desconhecidos, estranhos, estrangeiros, distantes ou próximos.

Enquanto estratégia para que as pessoas falem sobre o que sabem, a entrevista pode ser utilizada com abordagens distintas. Interessa às reflexões aqui propostas abordar a entrevista como uma relação social, entremeada nos detalhes da observação participante. Porém, cabe destacar o que distingue a entrevista enquanto instrumento estruturado de coleta de dados do que estamos chamando aqui de entrevista etnográfica. Organizar um questionário com perguntas que levam a respostas “objetivas” ou com opções pré-determinadas são muito utilizados, por exemplo, em pesquisa eleitorais, em censos, na aplicação de políticas sociais ou de segurança pública. O estatuto de verdade das respostas obtidas está justamente para possibilidade de controle dos dados e de evitar interferências daquele que interroga sobre aquele que responde.

Por outro lado, podemos localizar as entrevistas denominadas de não estruturadas que permitem intercâmbios discursivos entre quem interroga e quem é interrogado. Na perspectiva não diretiva, o investigador precisa reconhecer as diferenças existentes entre seu contexto e o contexto de seu interlocutor e com isso ir mapeando o que está sendo

assinalado na entrevista. Nesse sentido, a própria formulação das perguntas delineia um marco interpretativo do investigador e seu universo cognitivo.

En las entrevistas estructuradas el investigador formula las preguntas y pide al entrevistado que se subordine a su concepción de entrevista, a su dinámica, a su cuestionario, y a sus categorías. En las no dirigidas, en cambio, solicita al informante indicios para descubrir los accesos a su universo cultural. Este planteo es muy similar a la transición de "participar en términos del investigador" a "participar en términos de los informantes". (GUBER, 2001, s/n)

Na entrevista etnográfica, as perguntas não são uma definição estanque, as perguntas fazem parte do processo de descoberta e do intercâmbio discursivo onde se “narram” de sentidos da vida social. Parte-se de um tema pré-determinado, mas este é provisório e vai mudando para outros temas mais significativos conforme a entrevista vai se aprofundando. Passar para essa etapa de aprofundamento requer tempo, pausa, reflexão. A antropóloga propõe a condução de uma entrevista livre, com tempo para o investigado ir tecendo as ideias e discursos. Guber sugere que o pesquisador adote três procedimentos para a não diretividade: “la atención flotante del investigador; la asociación libre del informante; la categorización diferida, nuevamente, del investigador.”

A atenção flutuante diz respeito a fazer uma escuta que não privilegia nenhum ponto do discurso, permitindo que o informante introduza temas de seu interesse e lance mão de seus próprios conceitos para se expressar. É como se deixar guiar pelo desconhecido, onde a descoberta vai ocorrendo à medida que o caminho é percorrido e conduzido pelo informante. O caminho não é feito, todavia, de passividade por parte do investigador, o passo seguinte é construir uma categorização do discurso partilhado. O ato de categorizar é descrito por Guber como momento em que o investigador pode confrontar suas próprias hipóteses etnocêntricas, pode reformular conceitos, organizar sentidos e descobrir outras perguntas que aprofundem a investigação.

Aqui aparece novamente a categoria do tempo na pesquisa etnográfica. O tempo ajuda a construir as relações, construir laços de confiança e/ou de aceitação da presença em campo; é no decorrer dos encontros que os quadros analíticos podem ser acionados ou refeitos, que os conceitos podem ser confrontados e sentidos encontrados. Os fios da pesquisa etnográfica vão tecendo os pontos principais e os alinhavos secundários, perceber quais os pontos vão criando sentido ao desenho e quais pontos ainda deixam o tecido tortuoso, enrugado. “El tiempo y los tiempos se negocian y construyen recíprocamente en la reflexividad de la relación de campo”.

Assim, compreender os contextos também é fundamental; em cada contexto os lugares, as pessoas, as atividades se articulam com seus próprios ritmos e sentidos. E, para recuperar uma contribuição de Brandão, o pesquisador em campo é um pesquisador e tem, por isso, o desafio de não emitir juízos de valor sobre as condutas sociais das pessoas. Isso não significa a defesa de uma neutralidade ilusória, mas entender sua posição em campo e ter a sensibilidade de perceber as vivências colocadas em no jogo do encontro, mas também as lacunas, os silêncios, os temas não abordados, as perguntas não feitas, e as respostas dadas espontaneamente. A constante reavaliação e reflexão sobre si e o outro, dos entrelaces e movimentos é que a construção do conhecimento vai ganhando contornos, cores e texturas.

#### **4. Perspectivas narrativas e formação: as trajetórias de vida**

Em entrevistas etnográficas ou na pesquisa participante vemos que as narrativas partilhadas muitas vezes se misturam com a história de vida daquele que conta. Uma história de vida não é apenas um relato individual ou um relato personalizado. Ao entendermos a narrativa como uma construção social inscrevemos aí também as trajetórias de vida; seu substrato se encontra no grupo social do qual faz parte, acionando as vivências que este grupo aceita e valoriza como significantes. Essa articulação da narração da própria vida articulada com a história de um grupo foi objeto de pesquisa de Mariana Sirimarco (2009) sobre o processo de construção do sujeito policial a partir deste ponto de vista individual.

A autora utiliza como estratégia narrativa para sua pesquisa o relato de vida de um aspirante a policial que ingressa em uma escola de formação. Sirimarco utiliza o relato de vida como categoria analítica carregada de unidade temporal, porém uma unidade descontínua que é acionada em ocasiões específicas e alterada conforme possam corresponder aos seus valores e compreensões (2009, p.13).

El relato de vida deviene, de este modo, una ficción cultural urdida a través de distintos discursos y modelos grupales, que funcionan como marcos dentro de los cuales pensar, definir y recrear la propia vida. Resulta de ello un movimiento de traslación y reproducción de sentido, desde la unidad grupal a sus componentes individuales. Al narrar la propia historia según los términos que permite la estructuración grupal de la realidad, el relato de vida opera como una metáfora de la trayectoria del grupo. (SIRIMARCO, 2009, p. 20)

Este trabalho traz uma discussão importante para se pensar o desenvolvimento de pesquisas: o processo formativo. Ao focalizar a trajetória de aspirantes a policiais nas escolas de formação nos permite não apenas desnaturalizar concepções sobre a instituição policial, mas também os atores que dela fazem parte e a constituem ao mesmo tempo. Sirimarco, destaca duas crenças que podem ser desconstruídas pelo processo de pesquisa: a ideia de que o que ensino é sinônimo de aprendizagem. Ou seja, que os conteúdos determinados como essenciais para o processo de formação são diametralmente aqueles aprendidos. A segunda crença é a de o “tornar-se” policial é uma etapa completada na escola, assim ao finalizar o curso o sujeito transmutou-se de civil para policial.

Ao percorrer as instâncias por meio da observação participativa no âmbito de escolas de polícia e realizar entrevistas aprofundadas com os diferentes atores envolvidos nesse contexto, a autora vai desvelando as camadas do processo de tornar-se sujeito policial. Comparar os discursos dos interlocutores não visa construir o quadro de uma “verdade”, como se fosse uma espécie de acareação, confrontando se os elementos são coerentes ou reais. Importa adentrar nas minúcias dos relatos e buscar os sentidos do porquê eles elegem determinados elementos ao contar suas histórias de vida. Nesses elementos, circunscreve-se uma narrativa que partilha contextos, identidade social e as posições ocupadas pelos sujeitos (2009, p.11-12).

O relato de vida, por sua vez, não é fixo, seu acionamento conecta as memórias passado, mas de forma mediada e pelos interesses e necessidades do relato atual, do momento presente. A transformação de civil a policial é um processo que ultrapassa os muros da escola inicial de formação, mas essa passagem cinge momentos de vida, marcando a formação de uma identidade social. Essa etapa pode ser compreendida como uma espécie de ritual de separação e de iniciação, em que pesam ou ganham força os elementos da vivência cotidiana da instituição e não meramente de instrumentos repressivos de formação.

Se pensarmos nossos processos formativos enquanto antropólogos qual seria a narrativa que construiríamos? Se o lugar ocupado na pesquisa fosse também o de ator social constitui o campo de estudo? Narrar a trajetória de vida como fio condutor da pesquisa antropológica foi a abordagem utilizada pela pesquisadora Guarani Nhandewa, Sandra Benites (2018). Diferente da pesquisa empreendida por Sirimarco em que a instituição escolar marca na trajetória dos atores sociais um antes e depois dessa passagem enquanto profissionais, Benites procura mostrar como sua constituição enquanto mulher,

indígena, pesquisadora, educadora, antropóloga é justamente o que alinhava sua história de vida.

Benites aciona suas memórias de criança e os intensos laços afetivos e sociais com a avó para problematizar sobre os efeitos da introdução da escolarização formal e as interferências desse sistema externo na educação tradicional guarani. A antropóloga enfatiza seu lugar de fala não apenas como Guarani Nhandewa, mas como mulher, mostrando nesse caso seu posicionamento no campo, não neutro e de um lugar de luta em que se localizam essas protagonistas, deslocada do lugar de informantes para produtoras de pesquisa e conhecimento acadêmico.

As mulheres acabam invisíveis, assim como a sua importância na sociedade. Para incluí-las como protagonistas nas decisões e reivindicações delas, escrevi relatando minha própria história, para que maioria delas se reconheçam na minha caminhada, para autoridades executivas, judiciárias, legislativas, universidades e pesquisadores de diversas áreas reconheçam a importância do protagonismo das mulheres.

Esse posicionamento da autora, não se constitui em mera militância ou da escrita de uma narrativa denunciativa. O reconhecimento de sua posição como uma mulher guarani, observando seu cotidiano, pesquisando junto aos seus pares, dialogando com suas memórias e de seus interlocutores é problematizar e confrontar o sistema de educação escolar nas aldeias com a ideia do bem viver guarani.

No capítulo selecionada para este ensaio, Benites conta sobre sua caminhada como mulher guarani. É no relato das semelhanças e diferenças entre os Guarani, entre o corpo da mulher guarani e o corpo do homem guarani. A problematização fundamental desse texto, consiste em pensar como a perspectiva do relato das mulheres Guarani, pensando a forma como estas contam suas histórias, como se relacionam e como se fortalecem no mundo pode desconstruir a naturalização de determinados espaços nas sociedades *jurua* (não indígena) que são dados como modelos, mas que em nada acolhem a diferença, por exemplo, as diferenças dos corpos femininos, de crianças, de velhos. O modelo dos corpos dos homens é visto como padrão para normatizar não apenas espaços, mas formas de interação social.

Esses lugares que podemos pensar são as escolas, as universidades, ambientes de trabalho diversos como escritórios, entre outros. AS escolas, as instituições o quanto essas estão preparadas para acolher um corpo feminino? Os debates atuais sobre a posição e condição da mulher na sociedade, por exemplo, pelas cobranças da maternidade de um

lado e do sucesso profissional do outro ou da responsabilidade exclusiva pelo sustento familiar podem ser flexionados a partir do debate proposto por Benites sobre o bem-estar da mãe estar relacionado também à saúde das crianças.

Ao percorrer parte de sua história, nesse capítulo inicial de sua dissertação de mestrado, e a história da sua família, Benites (p.20) traz elementos importantes que podem ser acionados tanto para pensar o papel de pesquisadora, de modo reflexivo, afastando-se da ideia de que os atores sociais são homogêneos ou uma categoria unívoca. Seu relato de vida carrega a diversidade de seu povo, mostrando como se relaciona com os diferentes modos de ser guarani e suas variedades de fala (Nhandewa, Kaiowa e Mbya).

Assim sendo, retomo as indagações iniciais sobre: o que estudar? Que escolhas fazer? Como acionar e pôr em prática o ofício como antropóloga? Pensar o processo formativo exige, portanto, um reconhecimento de si e do outro como complementos. As relações construídas em campo e os percursos formativos não se encerram em uma etapa, eles são continuados, porque se fazem de interações sociais. Podemos revisitar notas de campo depois de anos e com elas traçar outros prismas de pesquisa ou atualizar as discussões realizadas. Podemos ainda, ouvir e narrar nossas trajetórias de vida e nesse movimento de partilha fortalecer estratégias metodológicas e aprofundar concepções, encontrar contradições e novos caminhos, em suma, tomar as relações próprias do ser antropóloga como dinâmicas.

Empresto, por fim, as palavras de Sandra Benites, para ponderar que escrever e narrar requer cuidado, e este cuidado não pode ser construído individualmente, ele se dá, pois, nas vivências coletivas:

Mesmo o bem viver, o bem-estar da aldeia depende do outro. Cuidar bem do outro significa também cuidar bem de si mesmo. Por isso é importante ouvir a todos, porque se um falhar, todos sofrem. Essa prática do movimento ocorre a partir da escuta do outro. O próprio *tekó* não pode excluir o outro, porque esse excluído pode fazer mal para o coletivo porque não tem preocupação com o grupo. Então, não tem como pensar nada em termos individuais. (BENITES, 2018, p.6).

## BIBLIOGRAFIA

- BENITES, Sandra. 2018. Viver na língua Guarani Nhandewa (mulher falando). Dissertação de Mestrado (Antropologia Social). Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ (Introdução e Cap. 1- Minha caminhada como mulher Guarani, p. 1-20). (<https://bit.ly/3EnN8vS>)
- BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Obras escolhidas).
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 2007. “Reflexões sobre como fazer trabalho de campo”. Sociedade e Cultura 10(1):11-27 (<https://revistas.ufg.br/fchf/article/view/1719/2127>)
- DAICH, Deborah & Mariana Sirimarco. 2008. “Anita Anota. El antropólogo en la aldea (penal y burocrática)”. Cadernos de Campo 18: 13-28.
- GUBER, Rosana. 2001. “La entrevista etnográfica o el arte de la ‘no directividad’”. In R. Guber La etnografía, método, campo y reflexividad. Bogotá: Grupo Editorial Norma, p. 30-40.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. Revista de Antropologia, Vol. 39, No. 1 (1996), pp. 13-37 Published by: Revista de Antropologia Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/41616179>
- SIRIMARCO, Mariana. 2009. “Narrar la propia historia”. In De civil a policía: una etnografía del proceso de incorporación a la institución policial. Buenos Aires: Teseo, pp. 11-20.